

# NIETTA LINDENBERG MONTE

## Formação de professores indígenas



**H**á cerca de 20 anos Nietta Lindenberg Monte se “embrenhou na floresta”, como diz ela mesma. Foi atrás de um grupo de antropólogos e indigenistas que, no início dos anos 80, criaram no País as primeiras organizações não governamentais, de cunho socioambientalista, dispostas a dar assessoria antropológica e política aos movimentos sociais.

Formada em Letras, mestre em Educação, e com muita experiência em formação de professores na área de língua e literatura, lá se foi Nietta para coordenar o I-Curso de Formação de Professores Indígenas do Acre e Sudoeste do Amazonas. “Eram tempos de agonia da ditadura e dos primeiros lampejos de democracia no País. Começava a luta pela demarcação das terras indígenas e pela libertação dos vínculos de submissão com os seringueiros e os fazendeiros da região”, conta. Junto com seus alunos, ela participou da construção dos primeiros livros de autoria indígena, das pioneiras reuniões com lideranças da região para identificação das terras dos índios e para organização das cooperativas de borracha.

Hoje, com um pé no Rio de Janeiro e outro no Acre, Nietta se mantém ligada às organizações não governamentais do resto do País, ao mesmo tempo que se dedica ao trabalho na Ong Comissão Pró-Índio e ao Projeto do Acre para formação de professores.

Conhecido como “Uma Experiência de Autoria”, o Projeto do Acre é responsável por uma fértil produção de materiais didáticos e paradidáticos de grande qualidade estética e literária. Os professores indígenas envolvidos no

Entrevista concedida a Rosângela Guerra.

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



**A educação escolar praticada no Brasil, não só com os índios, mas com qualquer grupo de menor poder e prestígio, tinha – e ainda tem – um amplo potencial de domesticação e subserviência.**

*projeto são autores de livros, fazem documentários em vídeos e gravações em fitas-cassete. Nos vídeos e nas fitas-cassete são registrados, por exemplo, os cantos de trabalho, de diversão e vários rituais. É um recurso que permite a comunidade indígena se ver, se valorizar e mostrar sua tradição para gerações mais novas.*

*“Tenho muito orgulho de ter vinculado minha história de vida à experiência profissional no Acre”, diz Nietta. Seu trabalho, juntamente com outros poucos no Brasil, deu início a uma nova forma de fazer e pensar a educação indígena baseada na diversidade, bem ao contrário da tendência histórica, que sempre foi a unificação e homogeneização lingüística e cultural.*

*Convidada para coordenar o trabalho de construção do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/I), documento do MEC que está sendo distribuído para todas as escolas indígenas do País, Nietta desta vez se embrenhou na Internet, onde manteve comunicação virtual com vários educadores de diversas regiões do País.*

*“O texto do RCNE/I resulta não só de um sonho, mas de uma ação guerreira de escritura”, diz. Durante*

*“meses de insônia, labuta e memorável tensão”, como conta, Nietta teve a missão de juntar dados, chegar a um consenso de idéias e imprimir a diversidade na igualdade para fazer valer os princípios da pluralidade cultural.*

*O Referencial, segundo Nietta, “é um guia de orientação, um texto de subsídio, formativo e informativo, para que estados e municípios possam inteirar-se, respeitar e incentivar a nova política pública atualmente em vigor para as escolas indígenas, a partir de um marco jurídico expresso na Constituição e na LDB”.*

*De Rio Branco (AC), ela respondeu – via computador – às perguntas feitas pela revista Presença Pedagógica.*

**PP: Olhando para atrás, como foi a educação escolar indígena no Brasil ao longo do tempo?**

**Nietta:** *A educação escolar praticada no Brasil, não só com os índios, mas com qualquer grupo de menor poder e prestígio, tinha – e ainda tem – um amplo potencial de domesticação e subserviência que vai desde a submissão ao saber até o poder do professor. Esse tipo de educação, entre outras práticas sociais de igual violência sim-*

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



***A estimativa é que, no Brasil, cerca de 1.000 línguas indígenas desapareceram em quase cinco séculos.***

***Mostramos com isso nossa incapacidade de construir uma sociedade mais ética e respeitosa.***

bólica, provocou a rejeição e a resistência dos índios e levou à perda de línguas e de muitos aspectos importantes da cultura.

A educação indígena sempre refletiu de forma coerente o macroprojeto nacional, que deixa clara a impossibilidade do plural, já que é baseado na unificação das diferenças pela hegemonia e no silenciamento da diversidade na unidade. Como resultado, temos a perda da memória humana e coletiva de muitas sociedades indígenas. A estimativa é que, no Brasil, cerca de 1.000 línguas indígenas desapareceram em quase cinco séculos. Mostramos com isso nossa incapacidade de construir uma sociedade mais ética e respeitosa. Basta lembrar dos atos de violência coletiva e individual cometidos contra índios, negros e outros grupos marginalizados da sociedade brasileira ao longo dos anos.

**PP: E hoje, qual é a realidade? Há boas escolas indígenas?**

**Nietta:** Há boas escolas indígenas à medida que se levam em conta alguns fatores que gradualmente vão avançando em relação ao passado, como o fortalecimento dos mecanismos democráticos da sociedade brasileira. As escolas

índigenas – em torno de 2.500 no País – apresentam cada vez mais propostas de controle comunitário, ou seja, cresce o número de escolas sob a responsabilidade da comunidade, ainda que pagas pelo governo, com professores índios formados nos cursos de magistério existentes no Brasil.

Esses cursos já enfatizam questões importantes, antes ausentes, como o papel das línguas indígenas na aprendizagem escolar e de conteúdos e formas culturais entendidas como “próprias”, além do incentivo à expressão e comunicação entre culturas. Com isto, promove-se a auto-estima, a valorização das identidades étnicas, historicamente muito afetadas nos grupos indígenas de alto ou baixo grau de contato com a sociedade envolvente.

Crescem assim elementos como a confiança e o prazer dos atos de aprendizagem e ensino, melhoram-se as relações didáticas entre aluno e professor. Os alunos aprendem a desenhar, a representar suas idéias através de novas modalidades de linguagem e são estimulados a se expressar na própria língua. Antes, isso era motivo para palmatória e achincalho. Algumas comunidades que falam línguas, sem escrita, estão começando a se dedicar à escrita de

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



**Hoje os professores indígenas são cerca de 70% do total de professores que lecionam em escolas indígenas, a maior parte na Amazônia.**

suas línguas. Para isso estão definindo os alfabetos e outras convenções para a standardização e normalização do uso escrito dessas línguas, um trabalho que é feito com assessoria de lingüistas, pedagogos, gente que vem apoiando esses cursos de formação de professores índios em todo o País.

Considero que todo esse conjunto de características, apesar das muitas dificuldades enfrentadas, contribui para sermos otimistas, sem triunfalismo, sobretudo quando olhamos ao redor o cenário da escola pública brasileira e seus enormes impasses pedagógicos e políticos.

**PP: Há dados estatísticos sobre a formação do professor índio no País. Qual é a porcentagem de leigos?**

**Nietta:** Temos uma estimativa, com os dados oficiais (MEC e FUNAI, 1998) – a ser atualizada em breve – de que hoje os professores indígenas são cerca de 70% do total de professores que lecionam em escolas indígenas, a maior parte na Amazônia.

Por outro lado, segundo dados de Ongs amazônicas, são mais de 2.000 professores e professoras índias só nos estados do Acre, Roraima, Amazonas e Amapá, além das demais regiões do

País. Desses, grande parte são leigos, rapazes jovens que fazem cursos de formação ou de magistério voltados especialmente para a educação indígena. São, portanto, estudantes e professores em serviço. Essa conjugação de prática, reflexão e avaliação do que vivem e fazem como professores, constitui um dos importantes aspectos de sua formação.

**PP: Por que um Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, RCNEI? O Referencial integra a série dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)?**

**Nietta:** A possibilidade de elaborar as marcas e as diferenças em qualquer projeto “nacional” é uma vantagem para o exercício da democracia e da cidadania. Por isso penso como sendo um passo à frente a publicação de um Referencial para escolas indígenas, diverso dos PCN, embora em saudável diálogo com suas idéias.

Para a elaboração do Referencial, discutimos durante quase um ano sobre o trabalho que realizamos, regionalmente ou nacionalmente. Mesmo agora com o Referencial pronto, vamos continuar discutindo isso para aprofundar o conhecimento sobre os fundamentos e princípios de nossas

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



***O Referencial reúne os princípios contemporâneos que garantem a educação específica, diferenciada, bilingüe e intercultural a que têm direito as diversas sociedades indígenas do País.***

práticas tão variadas e ver o que há de comum e diverso nas experiências de educação indígena no Brasil.

O Referencial reúne os princípios contemporâneos que garantem a educação específica, diferenciada, bilingüe e intercultural a que têm direito as diversas sociedades indígenas do País. Oferece subsídios aos professores das escolas indígenas e aos técnicos dos sistemas de ensino sobre aspectos variados dos processos de ensino aprendizagem desejáveis nas áreas de conhecimento próprias às escolas indígenas brasileiras. Além disso, dá sugestões de trabalho a serem discutidas e criticamente apropriadas para o ensino de línguas (portuguesa e indígena), Matemática, Geografia, História, Ciências, Arte e Educação Física ao longo do Ensino Fundamental.

**PP: Como foi o trabalho da construção do Referencial? As experiências bem-sucedidas de educação indígena no País serviram de subsídios para o Referencial?**

**Nietta:** Foi um processo bem interessante e também sofrido, difícil, a construção desse grande documento curricular que está chegando às escolas, acompanhado por um kit com li-

vros didáticos escritos por professores e assessores de diversos projetos de educação, como os Yanomami, Ticuna, Krenak etc.).

O RCNE/I nos leva a uma reflexão abrangente, ainda que preliminar em muitos de seus aspectos, sobre modos de conceber e realizar relações de ensino-aprendizagem em contexto de sociedades indígenas no Brasil. Para a elaboração do documento, tivemos que nos esforçar num discurso de consenso. Afinal, reunimos, num macroprojeto pedagógico chamado a ser referencial, as diversas experiências de educação vivenciadas no País, em diferentes áreas de estudo, sem perder de vista a importância da inter-relação delas por meio dos temas transversais.

Essa tarefa, por seu desafio teórico e político, deixou-nos em estado de tensão durante toda a formulação do Referencial. Optamos por uma metodologia de participação democrática, que envolveu gente de todas as tendências em suas especialidades e de várias "praias". Só para se ter uma idéia, lideranças de "algumas tribos" que nem sempre foram amigas se reuniram para trabalhar no documento. Juntaram-se, por exemplo, antropólogos com determinadas premissas teó-

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



***O Referencial foi o único documento da série PCN, creio eu, para o qual fizemos apenas uma reunião prévia e outra final. Trabalhamos e nos comunicamos a maior parte do tempo via computador. Somos pioneiros high-tech.***

ricas já consolidadas contrárias à escola e à escrita entre sociedades indígenas, com gente que está mais no campo das práticas de ensino nas aldeias. Nem sempre foram compatíveis os diálogos e os consensos.

Além disso, enfrentamos uma operacionalização complicada pelos limites financeiros e de tempo do governo brasileiro, através do MEC. O Referencial foi o único documento da série PCN, creio eu, para o qual fizemos apenas uma reunião prévia e outra final. Trabalhamos e nos comunicamos a maior parte do tempo via computador. Somos pioneiros *high-tech*.

A discussão corpo a corpo dos autores – um grupo de mais de centena! – ficou assim muito mais mental e manual, com pouca confrontação de pontos de vista pela exposição das idéias cara a cara.

Com tudo isso, estamos felizes ao ver o documento pronto, esplendoroso, pela qualidade gráfica conseguida, e esperamos que seja muito lido, discutido nas diversas regiões do País entre os professores índios e seus assessores. Este ano, no Acre, estamos inaugurando o uso pedagógico do Referencial, lendo-o e comentando-o em todas as disciplinas do XIX Curso de professores.

**PP: Como foram definidos os temas transversais propostos pelo Referencial?**

**Nietta:** Especialmente esse capítulo do Referencial foi escrito por dois professores índios: o Fausto da Silva Mandulão, da etnia Macuxi, de Roraima e o Valmir Jesi Cipriano, da etnia Kaingang, Rio Grande do Sul. Nós preparamos um roteiro de perguntas para cerca de 180 professores indígenas para que identificassem alguns dos temas de importância social e política para grande parte das sociedades indígenas (e não-indígenas) e que deveriam ser discutidas hoje na escola indígena no estudo das áreas/disciplinas. As respostas foram muito similares, apesar das variações regionais. Foram unânimes os seguintes temas: terra, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e lingüística, valores tradicionais em contraste com os novos valores (que chamamos ética), direitos políticos atuais de índios e não-índios e história das lutas e do movimento social indígena.

**PP: Quais são os fundamentos gerais do Referencial?**

**Nietta:** O Referencial tem como fundamentos gerais os princípios con-

ENTREVISTA

**NIETTA  
LINDENBERG  
MONTE**



***O currículo é esse lugar da identidade contraditória em necessária conciliação entre ser um "próprio" (línguas e culturas particulares) sem perder o elo com o "outro" (outras línguas e culturas) num ambiente em que se vislumbra o sonho da pluralidade e da diversidade.***

temporâneos da equidade e da pluralidade, transformados em proposta pedagógica que chamamos de intercultural e bilíngüe. Aponta assim para a resolução permanente do conflito da formação das identidades indígenas, em permanente mobilidade e difícil dinâmica entre ser índio em um contexto nacional e global. O currículo é esse lugar da identidade contraditória em necessária conciliação entre ser um "próprio" (línguas e culturas particulares) sem perder o elo com o "outro" (outras línguas e culturas) num ambiente em que se vislumbra o sonho da pluralidade e da diversidade.

**PP: O Referencial é uma iniciativa inédita? Há trabalhos semelhantes em outros países?**

**Nietta:** Há propostas curriculares para o Ensino Fundamental indígena e formação de professores em países com políticas de reformas educativas mais antigas, como Venezuela, Colômbia, México, além da Bolívia, que fez sua reforma em um modelo pedagógico com muita proximidade conceitual da nossa. Porém, a grande marca da reforma na Bolívia é que lá não se distingue a educação indígena do sistema educativo geral. Os bolivianos propõem no

texto da reforma a dimensão intercultural para todas as escolas do país e, portanto, também para a sua população indígena, que representa cerca de 70 % do total da população nacional.

O específico de nosso trabalho no Brasil foi a forma de montagem desse texto curricular, com muita participação da sociedade civil. Um texto escrito a quase 300 mãos, daí seu desafio metodológico e político. Temos também a qualidade estética do produto final.

Não tenho dúvida de que, comparativamente a outras, o RCNE/I passou a representar uma proposta curricular original e apurada, não só no sentido da qualidade gráfica e pictográfica de sua apresentação, como no importante resultado editorial e político dos "destaques laterais". Esses são escritos que compõem um texto paralelo, feitos exclusivamente com depoimentos orais e escritos de vários professores indígenas sobre temas relacionados aos capítulos. Isso faz as vezes de um *lead* original dos assuntos tratados. Fizemos muita questão de que o documento não fosse a "cara pálida" dos assessores não-índios chamados a colaborar, mas expressasse essa força política e poética dos desenhos e textos indígenas. •